



Bibliotema

Política macroprudencial, análise de riscos e instrumentos

No período anterior à crise financeira, a condução da política económica num ambiente de baixa taxa de inflação e crescimento da atividade económica estável negligenciou (i) a acumulação de desequilíbrios macroeconómicos, como a alavancagem e a expansão pronunciada de determinados setores sujeitos a uma limitada concorrência do exterior, e (ii) os desajustamentos refletidos no balanço das instituições financeiras (como, por exemplo, a nível de maturidades entre ativos e passivos importantes), cujos riscos se entendia poderem ser contidos apenas através da supervisão microprudencial.

A crise financeira veio, porém, pôr em evidência um conjunto de fragilidades na arquitetura da supervisão financeira ao nível global ao demonstrar que a estabilidade de preços, objetivo primordial da política monetária, e a supervisão microprudencial não são suficientes para garantir a estabilidade financeira. De facto, algumas características do sistema financeiro fazem com que o enfoque sobre instituições individualmente consideradas não seja suficiente para garantir a sua robustez em termos agregados: (i) as interligações entre instituições e entre estas e os mercados financeiros, suscetíveis de propagar choques; (ii) as exposições comuns, que implicam uma elevada correlação entre os riscos incorridos pelas várias instituições; (iii) as vendas forçadas (*"fire-sales"*) de ativos financeiros que conduzem a uma redução abrupta dos preços desses ativos com implicações negativas sobre o balanço de outras instituições¹.

Para além destes aspetos de natureza estrutural, há que ter em conta a natureza procíclica do sistema financeiro. Com efeito, os fatores responsáveis pela constituição de desequilíbrios no sistema financeiro tendem a reforçar-se durante a fase expansionista do ciclo. A menor materialização do risco de crédito e a maior valorização dos ativos dados em garantia em períodos de expansão económica estão na base do aumento do crédito e promovem o seu crescimento excessivo, a sua titularização e a disseminação dos respetivos riscos pelo sistema financeiro. O acesso mais facilitado a financiamento, por sua vez, constitui um incentivo ao investimento em ativos financeiros e em ativos imobiliários, sendo suscetível de promover a formação de bolhas especulativas. Já na fase de abrandamento da atividade económica, os agentes económicos tendem a rever abruptamente as expectativas e manifestam maior aversão ao risco, os preços dos ativos são revistos em baixa e o crédito reduz-se, o que contribui para acentuar a recessão. Nessa medida, o setor financeiro tem a capacidade de amplificar os ciclos económicos, como ficou bem claro da recente crise económica e financeira.

A política macroprudencial surge, neste contexto, com o objetivo principal de promover a estabilidade financeira através da prevenção e mitigação de riscos sistémicos - definidos como riscos de perturbação na oferta de serviços

Índice

Bibliotema •
Política macroprudencial,
análise de riscos e
instrumentos | 1 · 7

Destaques | 8

Novos recursos
de informação | 9 · 11

Análise de recursos
eletrónicos | 12

¹ Basto, R. (2013) "Uma política macroprudencial para a estabilidade financeira", Banco de Portugal, *Relatório de Estabilidade Financeira - Novembro 2013*.

financeiros decorrentes de vulnerabilidades em parte ou na totalidade do sistema financeiro -, com potenciais consequências negativas graves sobre a economia real.

A operacionalização da política macroprudencial implica a definição de um conjunto de instrumentos que possam promover a resiliência do sistema financeiro e atenuar o seu caráter pró-cíclico.

Em Portugal, a autoridade macroprudencial, i.e., a autoridade nacional competente em matéria de política macroprudencial, é o Banco de Portugal². Em conformidade com as recomendações do Comité Europeu de Risco Sistémico (CESR – ESRB na sigla inglesa), o Banco de Portugal definiu os seguintes quatro objetivos intermédios como os mais relevantes para a política macroprudencial em Portugal, objetivos esses que estão diretamente relacionados com as fragilidades do setor financeiro acima referidas e, conseqüentemente, com o objetivo final de promoção da estabilidade financeira:

1. Mitigar e prevenir o crescimento excessivo de crédito e a alavancagem;
2. Mitigar e prevenir o excessivo desfasamento de maturidades e a falta de liquidez do mercado;
3. Limitar as concentrações diretas e indiretas de exposições;
4. Limitar incentivos para a assunção de riscos excessivos por parte de instituições de importância sistémica.

A análise de riscos e o conjunto de instrumentos de política macroprudencial deverão, assim, ser enquadrados por estes objetivos, como a seguir se detalha.



Identificação de riscos

Um elemento fundamental da política macroprudencial reside na identificação e avaliação periódicas das falhas de mercado e das fontes de risco sistémico, as quais podem afetar a estabilidade financeira e gerar repercussões negativas sobre a economia real. Essa avaliação é feita através de um quadro de monitorização definido com base nos quatro objetivos intermédios adotados pelo Banco de Portugal. A evolução do risco sistémico é avaliada a um nível relativamente agregado e ao longo do tempo, tendo em conta um conjunto abrangente de indicadores que refletem as potenciais fragilidades inerentes a todos os setores do sistema financeiro e as respetivas contrapartes. É dada particular atenção ao setor bancário, tendo em conta a sua importância no sistema financeiro português. Em paralelo com a análise a nível agregado, é efetuada uma avaliação utilizando dados mais desagregados, sempre que tal se justifique. Para além da utilização de indicadores simples, o quadro de avaliação de riscos engloba igualmente indicadores compósitos e modelos analíticos, os quais permitem avaliar o nível de interligação no seio do sistema financeiro e deste com a economia real. A análise da interligação transfronteiriça exige igualmente a avaliação de riscos provenientes do exterior. Por último, informações qualitativas e pareceres técnicos são igualmente ponderados no processo de avaliação de riscos.

² Vd. artigos 12.º e 16.º-A da Lei-Organica do Banco de Portugal.

Identificação de instrumentos

Uma vez identificados os riscos potenciais para a estabilidade financeira, o Banco de Portugal avalia a necessidade de adoção de uma medida macroprudencial específica. Assim, para cada um dos objetivos intermédios acima identificados, o Banco de Portugal definiu um conjunto de instrumentos a utilizar, que não sendo exaustivo e sendo objeto de avaliação permanente, serve de guia à atuação da autoridade macroprudencial.

Objetivo intermédio	Instrumento de política macroprudencial
Mitigar e prevenir o crescimento excessivo de crédito e a alavancagem	Reserva contracíclica de fundos próprios*
	Requisitos setoriais de capital
	Limites ao rácio entre o valor do empréstimo e o valor dado em colateral (Loan to value – LTV)
	Limites ao rácio entre o montante do empréstimo ou do serviço da dívida e o rendimento do mutuário (<i>loan-to-income ratio</i> – LTI / <i>debt service-to-income ratio</i> – DSTI)
Mitigar e prevenir o excessivo desfasamento de maturidades e a falta de liquidez do mercado	Rácio entre empréstimos e depósitos
Limitar as concentrações diretas e indiretas de exposições	Reserva para risco sistémico*
	Restrições a grandes exposições
Limitar incentivos para a assunção de riscos excessivos por parte de instituições de importância sistémica	Reserva de fundos próprios para instituições de importância sistémica (O-SII)*

*Reservas constituídas por fundos próprios principais de nível 1.

Para além de abordarem diferentes objetivos, os vários instrumentos atuam também por canais distintos:

A reserva contracíclica de fundos próprios³ e os requisitos setoriais de capital, como por exemplo os associados a exposições ao setor imobiliário, atuam diretamente na formação de uma reserva de fundos próprios que reforça a capacidade de absorção de perdas pelo sistema bancário, podendo igualmente contribuir para reduzir a amplitude do ciclo económico por via do impacto potencial sobre a concessão de crédito.

Os limites aos rácios *Loan-to-Value*, *Loan-to-Income* e *Debt-Service-to-Income* atuam diretamente sobre a elegibilidade dos devedores no acesso ao mercado de crédito, muito em particular no acesso ao crédito hipotecário residencial, contribuindo, por essa via, para mitigar o crescimento excessivo do crédito e a acumulação de crédito na carteira dos bancos nas franjas de maior risco.

A definição de limites para o rácio entre empréstimos e depósitos permite assegurar que a atividade creditícia é financiada por uma proporção importante de financiamento estável.

³ Nos termos da legislação aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2016, esta reserva é fixada trimestralmente.

A reserva para risco sistémico consiste em requisitos adicionais de fundos próprios principais de nível 1 aplicáveis à totalidade ou a um subconjunto de instituições de crédito permitindo atuar sobre fontes de risco sistémico de carácter estrutural e de natureza não cíclica.

A concentração de exposições a um mesmo cliente ou um grupo de clientes ligados entre si é objeto de regulamentação que restringe essas exposições a 25 por cento dos fundos próprios elegíveis da instituição que os assume. Este instrumento pode, porém, assumir um cariz macroprudencial, com o objetivo de diminuir o grau excessivo de concentração a determinados ativos no balanço dos bancos, através de alterações pontuais ao referido limite.

A reserva de fundos próprios aplicada a instituições de importância sistémica destina-se a mitigar os incentivos para a assunção de riscos excessivos por parte destas instituições. A justificação para a imposição desta reserva de fundos próprios às instituições de importância sistémica prende-se com a minimização do risco moral associado a potenciais garantias implícitas decorrentes das características que as tornam “too big to fail” e com o necessário aumento da robustez e resiliência destas instituições e, por conseguinte, do sistema como um todo. Adicionalmente, a reserva contribui para mitigar o risco de contágio, uma vez que as O-SII veem aumentada a sua capacidade para absorver perdas imediatas, não afetando assim outras instituições.

No final de 2015, tendo em consideração as principais fontes de risco sistémico para o sistema financeiro nacional, o Banco de Portugal selecionou os instrumentos macroprudenciais e acionou as medidas mais adequadas à sua prevenção. Neste contexto:

- procedeu à antecipação do rácio de conservação de fundos próprios para 2,5% do montante das posições ponderadas pelo risco, a partir de janeiro de 2016⁴,
- identificou e impôs reservas de fundos próprios adicionais às instituições de importância sistémica a nível nacional, a serem cumpridas a partir de janeiro de 2017⁵ (reserva de O-SII) e,
- determinou uma reserva contracíclica de fundos próprios de 0%⁶, tendo em conta a atual situação do ciclo económico-financeiro.

Departamento de Estabilidade Financeira, abril de 2016

⁴Para maior detalhe ver Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2015.

⁵Para maior detalhe sobre a metodologia aplicada e enquadramento legal ver documento publicado em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstabilidadeFinanceira/MedidasMacroprudenciais/ReservaOSII/Paginas/inicio.aspx>

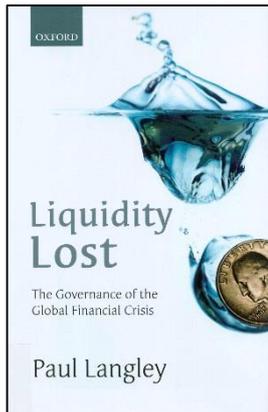
⁶Para maior detalhe sobre a metodologia aplicada e enquadramento legal ver documento publicado em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstabilidadeFinanceira/MedidasMacroprudenciais/ReservaContraciclica/Paginas/inicio.aspx>

Bibliotema • Destaques

LANGLEY, Paul

Liquidity lost: the governance of the global financial crisis

Oxford: Oxford University Press, 2015. 220 p.
ISBN 978-0-19-968378-9



Paul Langley é professor de Geografia Económica na Universidade de Durham, no Reino Unido. A sua análise inovadora sobre a recente crise dá-nos uma visão alternativa da gestão da crise financeira global e contribui para estabelecer uma análise crítica dos mercados financeiros e da “financeirização” da economia.

Esta pesquisa aborda seis pontos principais ao nível da estratégia de governança da crise: reposição da liquidez dos mercados monetários; remoção dos ativos tóxicos dos mercados de capitais; recapitalização dos bancos; gestão probabilística do risco e realização dos testes de esforço; regulamentação dos mercados como sistemas complexos; e redução dos deficits e dívidas

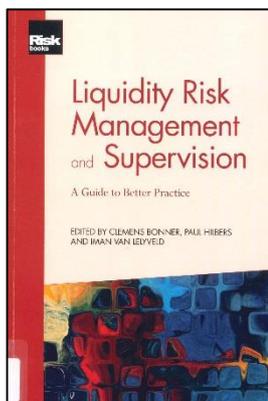
soberanas, através de medidas de austeridade.

Este livro visa a promoção do debate sobre conceitos atuais na área da geografia económica. Aborda novas formas de economia, técnicas de previsão económica e explora a subjetividade da informação económica.

BONNER, Clemens; HILBERS, Paul

Liquidity risk management and supervision: a guide to better practice

London: Risk Books, 2015. 296 p.
ISBN 978-1-78272-257-1



Este livro conta com a colaboração de diversos peritos em gestão e supervisão do risco de liquidez. Aborda a criação do Comité de Basileia e o percurso feito pela organização até ao momento, bem como o surgimento dos princípios da regulação da liquidez e a elaboração das normas que visam melhorar a gestão do risco de liquidez.

Os autores sublinham a necessidade de as instituições financeiras desenvolverem estruturas internas e processos de gestão de riscos de liquidez, medindo e monitorando a necessidade de financiamento e a gestão de liquidez no mercado. A crise financeira global veio mostrar que os bancos não tomaram em consideração princípios básicos de gestão do risco de liquidez, subestimando a probabilidade do surgimento de crises bancárias.

Concluem, que a falta de liquidez potencia as crises financeiras sistémicas. A política macroprudencial pondera formas de reduzir a probabilidade do surgimento do risco de liquidez, como lidar com este risco e como amortecer os seus efeitos. A EBA – Autoridade Bancária Europeia e o MUS – Mecanismo Único de Supervisão estão atualmente a desenvolver um conjunto de orientações dirigidas aos bancos e reguladores, por forma a garantir estruturas que permitam uma gestão adequada do risco de liquidez.

Bibliotema • Lista bibliográfica seleccionada

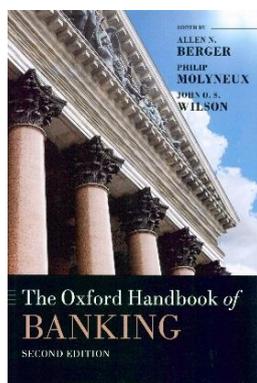
Livros

BERGER, Allen N.; MOLYNEUX, Philip

The Oxford handbook of banking

Oxford: Oxford University Press, 2015. 1051 p.

ISBN 978-0-19-968850-0

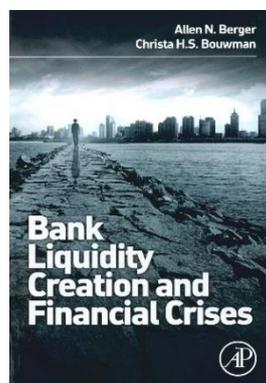


BERGER, Allen N.; BOUWMAN, Christa H. S.

Bank liquidity creation and financial crisis

Amsterdam: Elsevier, 2016. 274 p.

ISBN: 978-0-12-800233-9

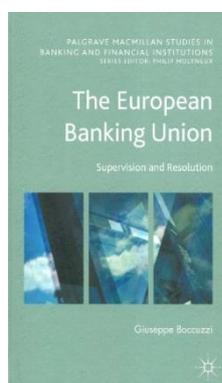


BOCCUSSI, Giuseppe;

The European banking union

Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. 219 p.

ISBN: 978-1-137-55564-9

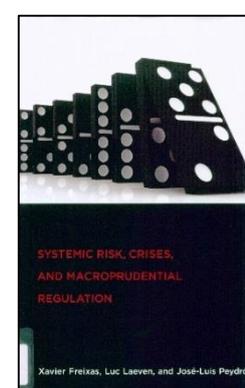


FREIXAS, Xavier; LAEVEN, Luc

Systemic risk, crises, and macroprudential regulation

Cambridge, Mass.: MIT Press, 2015. 472 p.

ISBN: 978-0-262-02869-1

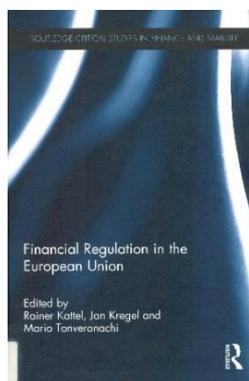


KATTEL, Rainer; KREGEL, Jan

Financial regulation in the European Union

London: Routledge Taylor and Francis Group, 2015. 331 p.

ISBN 978-1-138-91404-9

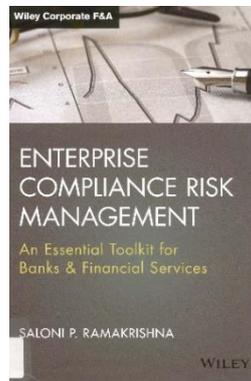


RAMAKRISHNA, Saloni P.

Enterprise compliance risk management: an essential toolkit for banks and financial services

Singapore: Wiley, 2015. 356 p.

ISBN 978-1-118-55028-1

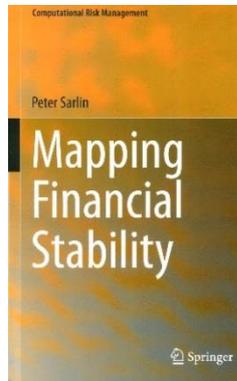


SARLIN, Peter

Mapping financial stability

Heidelberg: Springer, 2014. 233 p.

ISBN: 978-3-642-54955-7

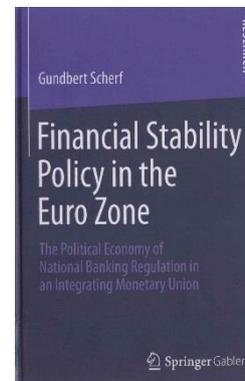


SCHERF, Gundbert

Financial stability policy in the Euro Zone

Berlin: Springer Gabler, 2012. 256 p.

ISBN 978-3-658-00982-3



Artigos e documentos de trabalho

AGUIRRE, Horácio A.; BLANCO, Emilio F.

Credit and macroprudential policy in an emerging economy: a structural model assessment

Basle: BIS. Monetary and Economic Department, Jul 2015. 38 p. (BIS Working Papers; 504)

BORIO, Claudio

Macroprudential frameworks: (Too) great expectations?

IN: Macroprudentialism. London: CEPR-Centre for Economic Policy Research; Duisenberg School of Finance, 2014. ISBN 978-1-907142-81-9. p. 29-45

CERUTTI, Eugenio; CLAESSENS, Stijn

The use and effectiveness of macroprudential policies: new evidence

Washington: FMI. Research Department, Mar 2015. 42 p. (IMF Working Paper; 15/61)

DANISEWICZ, Piotr; REINHARDT, Dennis

On a tight leash: does bank organisational structure matter for macroprudential spillovers?

London: Bank of England, Feb 2015. 30 p. (Working Paper; 524)

KORINEK, Anton; SANDRI, Damiano

Capital controls or macroprudential regulation?

Washington: FMI. Research Department, 2015. 34 p. (IMF Working Paper; 15/218)

LOPEZ, Claude; MARKWARDT, Donald

Macroprudential policy: what does it really mean

"Banking and Financial Services Policy Report", Oct 2015. v. 34, n. 10, p. 1-11

MACDONALD, Chris

When is macroprudential policy effective?

Basle: BIS. Monetary and Economic Department, Mar 2015. 22 p. (BIS Working Papers; 496)

MERLER, Silvia

Squaring the cycle: financial cycles, capital flows and macroprudential policy in the Euro Area

Brussels: Bruegel, Nov 2015. 44 p. (Bruegel Working Paper; 2015/14)

REINHARDT, Dennis; SOWERBUTTS, Rhianon

Regulatory arbitrage in action: evidence from banking flows and macroprudential policy

London: Bank of England, Sep 2015. 36 p. (Staff Working Paper; 546)

SCHOENMAKER, Dirk

Macroprudentialism

London: CEPR-Centre for Economic Policy Research; Duisenberg School of Finance, 2014. 170 p. ISBN 978-1-907142-81-9

SCHOENMAKER, Dirk; WIERTS, Peter

Macroprudential supervision: from theory to policy

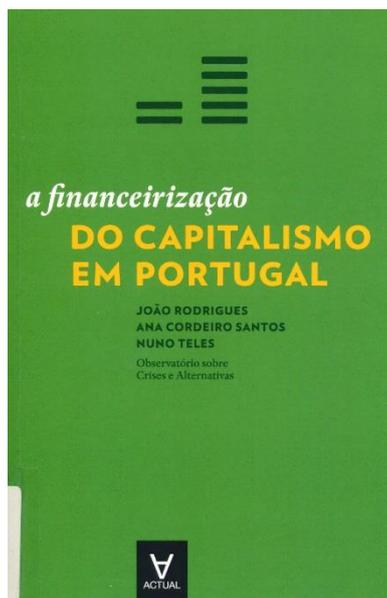
Brussels: Bruegel, Nov 2015. 29 p. (Bruegel Working Paper; 2015/15)

TRESSEL, Thierry; YUANYAN, Shophia Zhang

Effectiveness and channels of macroprudential instruments: lessons from the Euro Area

Washington: FMI. Strategy, Policy, and Review Department, Jan 2016. 32 p. (IMF Working Paper; 16/4)

Novidades • Destaques



RODRIGUES, João; SANTOS, Ana Cordeiro

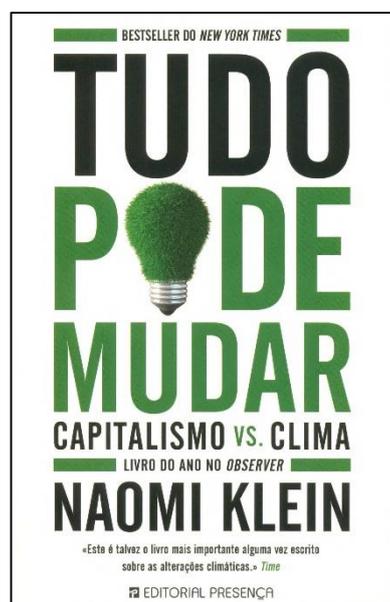
A financeirização do capitalismo em Portugal

Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2016.
234 p.
ISBN 978-989-694-147-5

Este livro é o resultado de um trabalho mais vasto, realizado no âmbito do Quadro do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES).

Os autores referem que o processo português de financeirização é indissociável da passagem rápida de um dos sistemas financeiros mais reprimidos da Europa Ocidental, para um sistema financeiro liberal. Foi uma financeirização subordinada, que teve lugar pelo simples facto de o país ter sido compelido a abrir-se aos fluxos financeiros, como consequência da adesão ao Euro.

A evolução do capitalismo em Portugal nas últimas três décadas foi marcada pela ascensão da finança, em geral, e da banca privada, em particular, determinando as principais dinâmicas socioeconómicas e políticas do país desde então. Algumas destas dinâmicas podem ser explicadas pelo peso que a finança adquiriu em múltiplas áreas da provisão de bens e de serviços, desde a habitação à segurança social, passando pelo sector da água com benefícios evidentes para a banca e sempre com beneplácito do Estado.



KLEIN, Naomi

Tudo pode mudar: capitalismo vs. clima

Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2016.
653 p.

ISBN: 978-972-23-5737-1

Naomi Klein é jornalista e tornou-se conhecida pela crítica contundente que tem feito aos sistemas políticos e económicos, sobretudo no que diz respeito aos efeitos nefastos da globalização, crises do Médio Oriente, guerra do Iraque e sistemas ditatoriais de alguns países.

A autora afirma que as conclusões dos cientistas relativamente às alterações climáticas não deixam margem para dúvidas sobre o impacto das atividades humanas nas alterações climáticas e consequentemente no mundo em que teremos que viver.

Apesar dessa evidência, as respostas políticas têm sido ambíguas, os governos têm dificuldade em manter compromissos relativamente às questões climáticas e há mesmo poderosas e bem financiadas organizações, *think tanks* e grupos de pressão que estão por trás da negação da mudança climática.

A autora sugere que os cidadãos devem congregiar esforços e pressionar os governos para resolverem os problemas das alterações climáticas e da redistribuição de riqueza. Conclui afirmando que as mudanças importantes na balança do poder são invariavelmente resultado de níveis extraordinários de mobilização social.

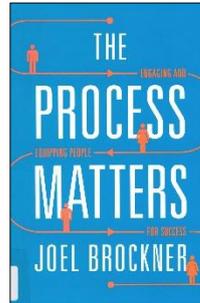
Novos recursos de informação



AMARAL, Luciano

Em nome do pai e do filho... o Grupo Espírito Santo, da privatização à queda

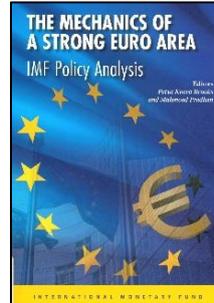
Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015. 263 p.
ISBN 978-972-20-5888-9



BROCKNER, Joel

The process matters: engaging and equipping people for success

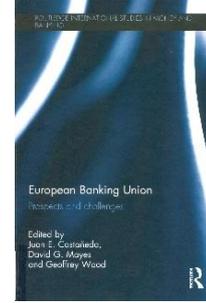
Princeton: Princeton University Press, 2016. 320 p.
ISBN 978-0-691-16505-9



BROOKS, Petya Koeva; PRA-DHAN, Mahmood

The mechanics of a strong euro area: IMF policy analysis

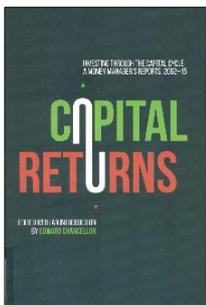
Washington: IMF, 2015. 267 p.
ISBN 978-1-49830-553-2



CASTAÑEDA, Juan E. ; MAYES, David G.

European Banking Union: prospects and challenges

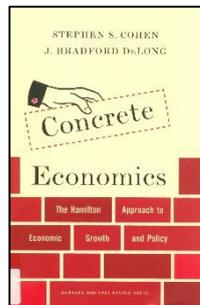
London: Routledge Taylor and Francis Group, 2015. 227 p.
ISBN 978-1-138-90650-1



CHANCELLOR, Edward

Capital returns: investing through the capital cycle: a money manager's reports 2002-15

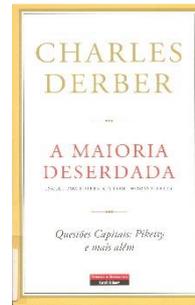
London: Palgrave, 2016. 211 p.
ISBN 978-1-137-57164-9



COHEN, Stephen S.; DELONG, J. Bradford

Concrete economics: the Hamilton approach to economic growth and policy

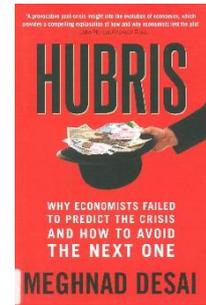
Boston: Harvard Business Review Press, 2016. 223 p.
ISBN 978-1-4221-8981-8



DERBER, Charles

A maioria deserdada: questões capitais: Piketty e mais além

Lisboa: Temas e Debates, 2016. 285 p.
ISBN 978-989-644-377-1

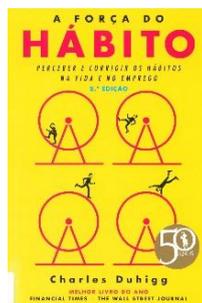


DESAI, Meghnad

Hubris: why economists failed to predict the crisis and how to avoid the next one

New Haven: Yale University Press, 2015. 287 p.
ISBN 978-0-300-21354-6

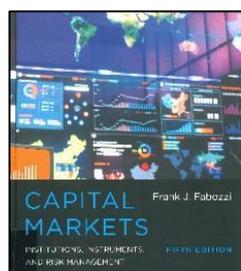
Novos recursos de informação



DUHIGG, Charles

A força do hábito: perceber e corrigir os hábitos na vida e no emprego

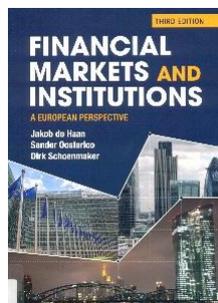
Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015. 427 p.
ISBN 978-972-20-4007-5



FABOZZI, Frank J.

Capital markets: institutions, instruments, and risk management

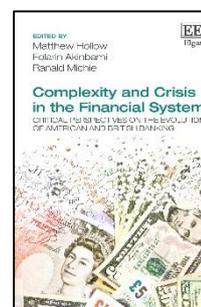
Cambridge, Mass.: MIT Press, 2015. 1049 p.
ISBN 978-0-262-02948-3



HAAN, Jakob de; OOSTERLOO, Sander

Financial markets and institutions: a European perspective

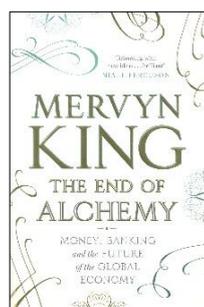
Cambridge: Cambridge University Press, 2015. 528 p.
ISBN 978-1-107-11999-4



HOLLOW, Matthew; AKINBAMI, Folarin

Complexity and crisis in the financial system: critical perspectives on the evolution of American and British banking

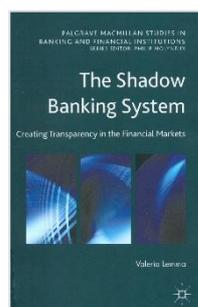
Cheltenham: Edward Elgar, 2016. 339 p.
ISBN 978-1-78347-132-4



KING, Mervyn

The end of alchemy: money, banking and the future of the global economy

London: Little, Brown, 2016. 431 p.
ISBN 978-1-4087-0610-7



LEMMA, Valerio

The shadow banking system: creating transparency in the financial markets

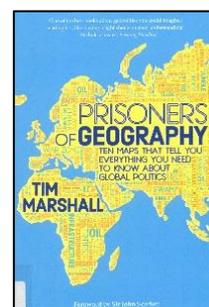
Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. 238 p.
ISBN 978-1-403-94872-4



MARQUES, Alfredo

A competitividade das economias na zona euro: o caso português

Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2015. 273 p.
ISBN 978-989-694-136-9

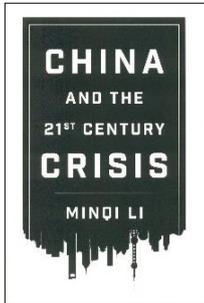


MARSHALL, Tim

Prisoners of geography: ten maps that tell you everything you need to know about global politics

London: Elliott and Thompson, 2015. 256 p.
ISBN 978-1-78396-141-2

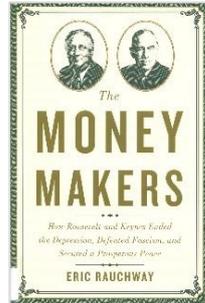
Novos recursos de informação



MINQI, Li

China and the 21st century crisis

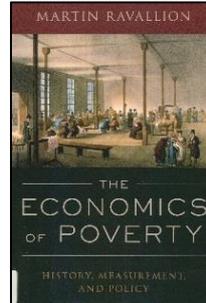
London: Pluto Press, 2016.
221 p.
ISBN 978-0-7453-3538-4



RAUCHWAY, Eric

The money makers: how Roosevelt and Keynes ended the depression, defeated fascism, and secured a prosperous peace

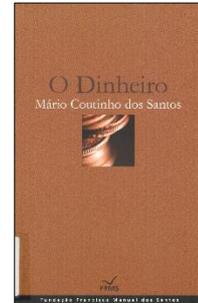
New York: Basic Books, 2015.
305 p.
ISBN 978-0-465-04969-1



RAVALLION, Martin

The economics of poverty: history, measurement, and policy

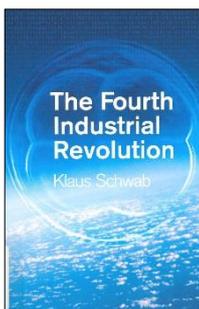
New York: Oxford University Press, 2016. 702 p.
ISBN 978-0-19-021277-3



SANTOS, Mário Coutinho dos

O dinheiro

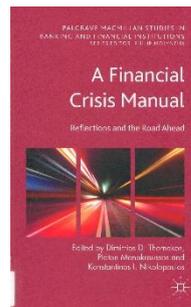
Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.
120 p.
ISBN 978-989-88-1916-1



SCHWAB, Klaus

The fourth industrial revolution

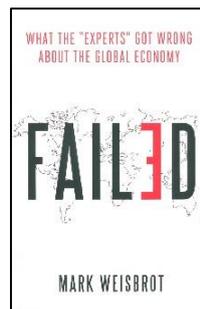
Geneva: World Economic Forum, 2016. 184 p.
ISBN 978-1-944835-00-2



THOMAKOS, Dimitrios D.;
MONOKROUSSOS, Platon

A financial crisis manual: reflections and the road ahead

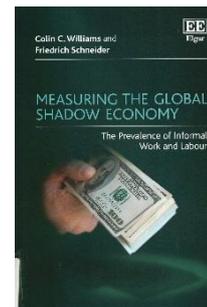
Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. 331 p.
ISBN 978-1-137-44829-3



WEISBROT, Mark

Failed: what the "experts" got wrong about the global economy

Oxford: Oxford University Press, 2015. 239 p.
ISBN 978-0-19-517018-4



WILLIAMS, Colin C.;
SCHNEIDER, Friedrich

Measuring the global shadow economy: the prevalence of informal work and labour

Cheltenham: Edward Elgar, 2016. 247 p.
ISBN 978-1-78471-798-8

Análise de recursos eletrónicos

ESRB – European Systemic Risk Board

<https://www.esrb.europa.eu/home/html/index.en.html>

Em resposta à crise financeira global, a Comissão Europeia criou um grupo para avaliar os mecanismos europeus de supervisão e ponderar a possibilidade de reforço dos mesmos, para melhor proteger os cidadãos e recuperar a confiança no sistema financeiro. Em 2009, este grupo foi convertido num organismo denominado ESRB - European Systemic Risk Board foi mandatado pela Comissão Europeia

para supervisionar, prevenir e mitigar os riscos sistémicos e assegurar a estabilidade do sistema financeiro, evitando períodos de crise financeira generalizada, na EU.

A secção "Publications" apresenta uma caixa de pesquisa simples, que permite fazer pesquisa por tema, por ex: "macroprudential policy". Ainda nesta secção podemos encontrar os Relatórios Anuais da Comissão, "Occasional Papers", recomendações da comissão, indicadores de risco (risco sistémico, riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado.



Na secção "Cross-border macroprudential dimension", temos as recomendações da comissão para todos os países da União Europeia e as medidas adotadas por cada um dos países. Apresenta um conjunto de ferramentas de grande utilidade para a supervisão macroprudencial.

Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Entrada livre

De 2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h30

(entrada até às 15h30)

T +351 213 130 626

F + 351 213 128 116

biblioteca@bportugal.pt